



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**13/10/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	1
1.2. DECISÕES.....	2 - 3
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	4 - 5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DESEMBARGADORES.....	6 - 11
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	12
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	13 - 14
5.2. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	15
5.3. DESEMBARGADORES.....	16 - 17
5.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	18 - 19

**POR 180 DIAS**

# Governo decreta Situação de Emergência no sistema penitenciário e terá apoio da Força Nacional

O secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, confirmou, ontem (11), a decretação pela governadora Roseana Sarney de Situação de Emergência no Sistema Penitenciário do Maranhão pelo período de 180 dias. Ele também informou que o Ministério da Justiça garantiu o envio de homens da Força Nacional para operação nas unidades prisionais de São Luís por tempo indeterminado.

"O decreto vai agilizar os procedimentos para a construção, nesse prazo, de um presídio de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas), a reforma e ampliação das unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e a conclusão da construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas). Outra medida já adotada foi a solicitação de homens da Força Nacional, que devem chegar em 2 dias ao estado", declarou Uchôa.

A previsão, segundo o secretário, é que a Força Nacional inicie os trabalhos no domingo (13). Uchôa esclareceu ainda que, por questões estratégicas, o número de soldados a serem enviados ao Maranhão não será divulgado. "Eles trarão todos os equipamentos e armamentos próprios", declarou Uchôa.

O secretário informou que o decreto engloba o reaparelhamento do sistema prisional maranhense, possibilitando que até dezembro de 2014 o Maranhão conte com reforço de 2.800 novas vagas, eliminando o déficit carcerário no estado. "Serão re-



## Sebastião Uchôa informou que homens da Força Nacional devem começar a trabalhar no domingo (13)

formadas unidades que hoje pertencem à Polícia Judiciária e que passarão para a Polícia Civil", observou.

De acordo com o secretário, para o período de 1 ano, estão autorizadas ainda obras nos presídios de Açailândia, Pedreiras, Pinheiro, Viana, Santa Inês, Bacabal, Presidente Dutra e Brejo. Está contemplada, ainda, a reforma de prédios localizados no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

**MAIS AÇÕES** - O documento prevê diversas

ações. Uma delas é a gestão junto ao Poder Judiciário do Estado visando à realização de mutirões para a concessão de progressão do regime de cumprimento da pena e concessão de liberdade aos presos que já cumpriram a sentença. De acordo com Sebastião Uchôa, a decisão intensifica o trabalho que já vem sendo realizado em espaços como a Casa de Detenção (Cadet), em Pedrinhas, que dispõe de 450 vagas e abriga atualmente 580 internos.

"Nós temos trabalhado para melhorar as condições de vida nas unidades, já alcançando bons resultados com os Mutirões Carcerários, o que tem diminuído o contingente de presos a partir da parceria com o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos", disse Uchôa.

O decreto também autoriza providências para o encaminhamento, em regime de urgência, para a Assembleia Legislativa do Estado, de dois projetos de lei. O primeiro propõe a criação de cargos para o sistema prisional; e o segundo dispõe sobre a realização de convênios entre o Estado e as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, para a administração de unidades destinadas ao cumprimento de penas privativas de liberdade.

Uchôa destacou, ainda, que o decreto estipula que, no prazo de 10 dias, esteja plenamente restabelecida toda a estrutura da Casa de Detenção de Pedrinhas, danificada pelos presos durante motim ocorrido na noite da quarta-feira (9).

Dentro das ações já implementadas, Uchôa destacou que a Sejap também aumentou o efetivo da segurança interna prisional com a contratação de mais 180 homens de empresa de segurança armada que já presta serviços à Secretaria para a defesa do patrimônio penitenciário, com reforço de todos os setores de Permanência das unidades prisionais localizadas na Região Metropolitana de São Luís.

## DECISÃO JUDICIAL

# MANTIDA PRISÃO DE FALSO MÉDICO QUE CAUSOU MORTE DE PACIENTE

**1** <sup>a</sup> Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou, por unanimidade, pedido de habeas corpus a Dhione Silva Gonçalves - denunciado pelo Ministério Público por exercício ilegal da medicina, falsificação, corrupção, adulteração e alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, pondo em risco a vida de pacientes. O falso médico estaria realizando enxerto de silicone industrial em diversas vítimas. Um dos procedimentos teria causado a morte de uma cliente. **PÁGINA 3**

## Justiça mantém prisão de falso médico

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou, por unanimidade, pedido de habeas corpus a Dhione Silva Gonçalves - denunciado pelo Ministério Público por exercício ilegal da medicina, falsificação, corrupção, adulteração e alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, pondo em risco a vida de pacientes. O falso médico estaria realizando enxerto de silicone industrial em diversas vítimas. Um dos procedimentos teria causado a morte de uma cliente.

De acordo com a defesa, não haveria motivos para manter Dhione na prisão, por ser réu primário, possuidor de bons antecedentes e residência fixa. Mas o relator do caso, desembargador Raimundo Melo, considerou que a ausência de motivos justificadores não seriam suficientes para suspender a prisão do acusado.

## SSP REFORÇA EFETIVO PARA COIBIR CRIMES NA REGIÃO METROPOLITANA

PAG.8

# SSP reforça efetivo para coibir crimes na Região Metropolitana

O secretário de Segurança Pública, Aluisio Mendes, se reuniu no fim da tarde de sexta-feira (11), com representantes do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário do Maranhão (Sttrema). O objetivo foi discutir ações e diretrizes conjuntas de combate e prevenção a assaltos a ônibus na Região Metropolitana de São Luís. Aluisio Mendes garantiu a categoria que já a partir desta sexta-feira (11), o efetivo policial foi aumentado em 50% em toda a área. A reunião foi acompanhada pelo deputado Roberto Costa, presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa.

"Estamos desenvolvendo desde quinta-feira (10), uma série de ações ostensivas e preventivas que, com certeza, irão resultar na queda do número de assaltos a coletivos. Na noite de quinta (10) não foi registrado nenhum incidente de grande relevância. Fizemos três prisões por tráfico e apreendemos armas. Já determinei que sejam intensificadas as abordagens em passageiros para que armas e drogas continuem sendo apreendidas", enfatizou.

Outro ponto acordado na reunião foi uma parceria com a Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania para que a Guarda-Municipal assuma o patrulhamento dentro dos Terminais de Integração. Segundo o acordo que será assinado nesta segunda-feira (14), os militares que desempenham funções nestes locais serão deslocados para outros pontos das cidades. "Essa medida vai duplicar o nú-

mero de agentes da Segurança Pública que garantindo a tranquilidade da população. Aliado a isso, a Secretaria Adjunta de Inteligência está acompanhando toda a movimentação de suspeitos e ainda dos detentos que foram beneficiados com a saída temporária do Dia das Crianças", completou.

Aluisio Mendes disse ainda que a SSP já tem mapeado todos os horários, os locais mais frequentes das ocorrências criminosas desta natureza, e inclusive nomes de suspeitos. No encontro, o secretário afirmou que também irá cobrar uma ação mais efetiva de outras instituições.

Aluisio cobrou dos representantes das empresas de ônibus que sejam entregues à Polícia as imagens das tentativas de atear fogo nos coletivos na última quarta-feira (9).

Estiveram presentes também à reunião, o secretário municipal de Trânsito e Transportes, Carlos Rogério Araújo; o comandante geral da Polícia Militar, coronel Franklin Pacheco; o comandante do Policiamento Metropolitano, tenente-coronel João Nepomuceno; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário do Maranhão, Dorival Sousa, entre outros representantes sindicais e das empresas de transporte.

**Melhorias** - Aluisio Mendes informou que as polícias Civil e Militar já utilizam o banco de dados do Sistema Integrado de Gestão Operacional (Sigo) para unificar e contabilizar as esta-



Aluisio Mendes e demais autoridades em reunião

tísticas de assaltos a coletivos. "Essa medida foi adotada após a reunião com o sindicato em março deste ano, na qual nos comprometemos a adotar outras ações" disse.

Durante o encontro, Mendes anunciou que após a conclusão do concurso público serão empregados mais 2 mil homens na Polícia Militar e 250 na Polícia Civil, entre delegados, investigadores e escrivães.

Já o comandante da Polícia Militar, coronel Franklin Pacheco, destacou que as abordagens erradicam e atingem todas as modalidades de crimes. Segundo ele, as ações continuaram focadas no trabalho preventivo.

**Combate** - O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário do Ma-

ranhão (Sttrema), Dorival Sousa, declarou estar atento e acompanhando as decisões da SSP. "Entendemos que as polícias têm feito um bom trabalho com as operações e estamos dispostos a contribuir com o Sistema de Segurança. Vamos disseminar que nenhuma ocorrência deixe de ser registrada para que a polícia possa ter sempre dados para suas ações", pontuou o presidente do Sindicato. Ao final do encontro, ficou acertado ainda que o Sindicato dos Rodoviários será também convidado a integrar o Pacto para o enfrentamento à violência no Estado, em que várias instituições como a Secretaria de Segurança, Ministério Público e Tribunal de Justiça passarão a atuar de forma integrada.

# Problemas no sistema prisional terão fim

Secretário de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, afirma que o decreto de emergência para o sistema prisional do estado vai solucionar problemas no setor. **Polícia 10**

# Decreto de emergência resolverá pendências no sistema, diz Uchôa

Secretário garante que em 180 dias o sistema prisional do Estado terá penitenciárias necessárias para separar gangues e desafogar as cadeias; 10 unidades serão reformadas, obras serão concluídas e um presídio vai ser erguido na capital

**Mario Carvalho**  
Da equipe de O Estado

O secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, afirmou que o decreto de emergência por 180 dias no sistema prisional desburocratizará a aquisição de produtos e serviços para o setor, além de garantir a construção de um presídio de segurança máxima em São Luís, conclusão do regional em Imperatriz e reformas em mais 10 unidades prisionais no interior do Maranhão. "O estado de emergência é específico para o setor prisional. Objetiva dar, ao estado, agilidade para, no período de 180 dias, resolver por completo todas as pendências do setor, em especial na construção de penitenciárias na quantidade necessária para separar gangues e desafogar as cadeias", garantiu.

A decretação do estado de emergência foi determinada, na sexta-feira (11), pela governadora Roseana Sarney, por conta da instabilidade no sistema carcerário do estado. "A governadora assinou esse decreto para facilitar os procedimentos licitatórios, agilizar em matéria de burocracia e, com isso, facilitar substancialmente não só a construção, mas a ampliação de presídios", disse Uchôa.

Ele ressaltou que com a construção e reforma de unidades pri-

sionais no estado, o número de vagas na capital maranhense aumentará em 800. "Com a construção e reformas em 10 unidades prisionais no interior do estado, estaremos abrindo vagas na capital, onde há uma grande concentração. Portanto, esse decreto também abre portas nesse sentido", frisou o secretário de Justiça e Administração Penitenciária.

**Força Nacional** - Uchôa afirmou que diante da instabilidade no sistema carcerário, a governadora Roseana Sarney fez contato com o Ministério da Justiça e a presidente Dilma Rousseff para pedir o apoio da Força Nacional no sistema prisional de São Luís. Ele ressaltou que o emprego da Força Nacional está condicionado apenas à segurança interna no sistema carcerário do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e nas oito unidades prisionais distribuídas em São Luís.

"A governadora fez o contato com o Ministério da Justiça e o ministério retribuiu. Acredito que nas próximas horas estarão chegando homens da Força Nacional para ocupar as permanências dos nossos presídios. Inclusive, contratamos 180 homens da vigilância privada para apoiar na permanência das unidades, para dar segurança à sociedade, aos presos e evitar que essas gangues se encontrem no ambiente penitenciário", esclareceu o secretário.

**Cenário** - Com relação à sua permanência na Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Uchôa disse que, ao chegar ao comando do sistema prisional do estado, encontrou um cenário desolador. "Encontrei na secretaria uma confusão administrativa, estrutural e funcional, além da quebra da ordem da disciplina em razão de muito relapso no seio da massa carcerária", declarou.

Segundo o secretário, a maioria dos que fazem funcionar a Sejap não queriam se indispor com o sistema. "Com a nossa chegada, a volta da legalidade mexeu

com os interesses e, com isso, a resistência de alguns se tornou evidente, denotando com isso o apedrejamento do sistema carcerário, que ficam insuflando a massa", observou.

Uchôa revelou que a Casa de Detenção (Cadet) há cinco anos não passava por uma revista. "Portanto, deixaram entrar armas e drogas no local, além de outras coisas", destacou. O secretário disse que não tem como afirmar que fizeram vista grossa na Cadet, mas a situação era bem complicada e que o endurecimento no regime mexeu com muita gente.

## Reforma já começou na unidade da Cadet

Apesar de o Decreto que estabelece situação de emergência no sistema prisional só será publicado amanhã (segunda-feira) a reforma já começou e a primeira unidade é a Casa de Detenção (Cadet), um dos prédios anexos ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas e que foi marcada por um motim na quarta-feira (9), que resultou na morte de 9 detentos. A obra, que teve início na quinta-feira (10), tem caráter emergencial devido a necessidade da reestruturação completa do estabelecimento carcerário.

Segundo o subsecretário da Sejap, Mario Leonardo, o motim que deixou ainda 20 feridos também resultou em significativo dano ao patrimônio público.

Entre os serviços contempla-

dos estão a troca dos telhados, a manutenção do sistema hidráulico, a pintura interna e externa, a restauração das celas e a religação do sistema elétrico de alguns setores. A execução da obra, que atende à política de construção, ampliação e reestruturação das unidades prisionais do Maranhão, é do setor de Engenharia da Sejap, e recebe apoio de alguns internos.

Com a reforma, a Cadet passará a ter celas ainda mais arejadas e amplas, com mudanças na estrutura física do espaço. "A recuperação está sendo geral, mas a urgência maior está sendo na reforma dos blocos de celas para que os internos retornem", afirmou o diretor da Cadet, Raimundo Saldanha.

## Notas

### AMMA MANIFESTA PREOCUPAÇÃO COM CLIMA DE INSEGURANÇA

Em nota emitida na manhã de quinta-feira (10), a Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) manifesta preocupação com o clima de instabilidade e insegurança que se instalou em São Luís após os episódios violentos ocorridos durante a noite no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, resultando em vários mortos e feridos. A Amma esclarece que, a despeito da infundada crítica de que "a Polícia prende e a Justiça solta", o Estado do Maranhão precisaria, no mínimo, duplicar a sua capacidade carcerária para permitir o cumprimento de todos os mandados de prisão ordenados pelos juízes maranhenses. Segue, abaixo, a nota na íntegra:

#### NOTA PÚBLICA

A Associação dos Magistrados do Maranhão - Amma, em face dos últimos acontecimentos ocorridos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, vem a público manifestar a sua preocupação com o clima de instabilidade e insegurança que eventos dessa natureza causam ao cotidiano do estado.

O Poder Judiciário, por meio dos canais competentes, há muito vem alertando que o déficit de vagas no sistema penitenciário do estado é crescente, propiciando o surgimento de facções criminosas e constantes rebeliões, com reflexos negativos à segurança pública em geral.

A despeito da infundada crítica de que "a Polícia prende e a Justiça solta", a verdade é que o Estado do Maranhão precisaria, no mínimo, duplicar a sua capacidade carcerária para permitir o cumprimento de todos os mandados de prisão ordenados pelos Juízes maranhenses.

Embora a Amma reconheça a boa vontade do Secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, em solucionar os graves problemas que acometem o sistema penitenciário, registra que o tema não tem recebido a atenção necessária do Governo do Estado, sobretudo em razão do seu

caráter emergencial.

Por fim, a Associação dos Magistrados do Maranhão enfatiza que o Poder Judiciário maranhense tem priorizado o tema na sua esfera de atuação, fato expressamente reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e espera que o Poder Executivo também faça a sua parte com fortes investimentos na área, de modo que, em conjunto, a crise seja solucionada para o bem da sociedade maranhense.

**Juiz Gervásio Santos**  
Presidente da AMMA

### UCHÔA CONTESTA NOTA DA AMMA E NEGA FALTA DE APOIO

A Secretaria de Estado da Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), por meio de seu titular, Sebastião Uchôa, em face da Nota Pública emitida pela Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), correlata, entre outros pontos, "os últimos acontecimentos ocorridos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas", onde cita o reconhecimento da "boa vontade em solucionar os graves problemas que acometem o sistema penitenciário", por parte da Sejap, ocasião em que consignou que a referida situação "não tem recebido a atenção necessária do Governo do Estado, sobretudo, em razão do seu caráter emergencial", vem a público manifestar e detalhar, sucintamente, a evolução, medidas administrativas presentes com efeitos de curto e médio prazos, de forma a bem esclarecer a população e as autoridades constituídas que:

a) Todas as demandas apresentadas pela Sejap ao Governo do Estado e relacionadas à construção, ampliação, reformas, reaparelhamento e reorganização administrativa da pasta tem sido, de forma legal e procedimental, encaminhadas às instâncias governamentais superiores, mas que, em razão da alta complexidade e histórica demanda reprimida, sobretudo, pelos impasses legais correlatos ao fluxo de produção de resposta, é que nos tem praticamente engessadas as

pretensões pertinentes;

b) Que em momento algum percebemos do Governo do Estado qualquer posição passiva às demandas apresentadas, mas óbices da forma legal e da alta burocracia que bem norteia e engessa a Administração Pública no Brasil, infelizmente, trata-se de uma realidade de ordem legal e costumeiramente muito comum dentro do modelo de gestão pública nos mais diversos órgãos da gestão pública no país;

c) Recentemente, na Região Metropolitana, além de abriremos vagas às demandas de custódias (110) no Centro de Observação, Classificação e Triagem (COCT) e da reforma e entrega de um dos blocos do Centro de Detenção Provisória (CDP - 150), bem como a recém-inauguração da primeira Escola de Gestão Penitenciária do Maranhão (EGEPEN) iniciamos um novo processo com regras próprias para recebimento, análise e distribuição de presos para as Unidades Prisionais localizadas na capital, apenas com projeções de resultados para médios e longos prazos, haja vista a busca analítica dos fatores criminógenos que envolvem o fenômeno criminal urbano que São Luís, não diferente de outras capitais, tem enfrentado nesses últimos anos;

d) Vale ressaltar que outros fatores vêm reagindo ao modelo de gestão penitenciária em curso, que preza o zelo pela legalidade, moralidade e publicidade para com administração da coisa pública penitenciária do Maranhão, primordialmente pela reimplantação da ordem interna prisional, cujas resistências, permeiam além de interesses da Execução Penal propriamente dita. De forma corajosa, consciente e apoiadora, o Governo do Estado não tem medido esforços para manter o apoio necessário a condução da gestão penitenciária do estado nesses últimos anos, principalmente deixando esta administração livre para compor seu quadro de gestores e tomada de decisões em prol da melhoria do Sistema Penitenciário, separando

os aspectos políticos e técnicos para com a gestão, bem definido pela governadora Roseana Sarney como do então convite para que procedesse "gestão à frente da pasta". E é o que temos feito sobre inúmeras resistências culturais alimentadas pela ilegalidade, permissibilidade e imoralidades nos ambientes de gestão penitenciária, ocorridos historicamente e, corrigidos pela gestão em voga;

e) O Decreto do Governo do Estado declarando "Situação de Emergência no Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão", que será publicado na segunda-feira (14), trata-se de medida recomendada pelas gestões da Sejap e SSP em reuniões há dias com alta cúpula do governo, visando à desobstrução legal dos impasses procedimentais que vêm nos impedindo a produção efetiva da política pública penitenciária que temos buscado;

f) Por fim, vale ressaltar que a maior parte das ações e decisões administrativas emanadas desta gestão vem sendo acompanhadas pelos incansáveis membros da Magistratura da Execução Penal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e diversos representantes da sociedade civil organizada, em especial, com tomada de decisões em ambiente de ampla democracia. Fato que nos valeu o reconhecimento da grandiosa Associação de Classe em apreço;

g) Assim, por dever de lealdade profissional, humana, consciências ética e moral, não poderíamos proceder a presente manifestação, sob pena de a consciência ético-profissional recomendar-me a imediata entrega do cargo, caso pressentisse qualquer falta de atenção do Governo do Estado aos pleitos levados a considerações às instâncias superiores da Administração Pública do Estado do Maranhão. Ao tempo que registramos nossos profundos agradecimentos pela deferência às lutas incansáveis que temos travado nesses últimos seis meses de gestão, por parte da Associação de classe em apreço.



Casa de Detenção, destruída pelos presos durante rebelião, começou a ser reformada pela Sejap



Sebastião Uchôa terá 180 dias para reformar e construir presídios

## Número

# 180

homens da vigilância privada para garantir a segurança nos presídios da capital

# “

Encontrei na secretaria uma confusão administrativa, estrutural e funcional, além da quebra da ordem da disciplina em razão de muito relapso no seio da massa carcerária"

Sebastião Uchôa, secretário de Justiça e Administração Penitenciária

## Quem entra? I

O Tribunal de Justiça vai escolher, na sessão de quarta-feira (16), pelo voto aberto, o juiz que será promovido a desembargador pelo critério de merecimento.

Deve também promover, pelo critério de antiguidade, o juiz que ocupará a vaga aberta com a aposentadoria compulsória do desembargador Megbel Abdalla.

Hoje, o juiz mais antigo em atividade é Marcelino Ewerton.

## Quem entra? II

Na disputa para a vaga de desembargador a ser preenchida pelo critério de merecimento estão agora 12 candidatos.

São eles: Tyrone Silva, João Santana, Oriana Gomes, Raimundo Neres, Angela Salazar, José Ribamar Costa, José Jorge Figueiredo, Samuel Bastos, Lucas Neto, Aureliano Neto, Luiz Belchior e Luiz Gonzaga,

Em tempo: se João Santana ou Ângela Salazar entrar na listra tríplice, será automaticamente promovido.

## **Novos togados**

Todas as atenções estarão voltadas para o Tribunal de Justiça do Maranhão na próxima quarta-feira, 16, quando os Desembargadores escolherão dois novos membros para aquela Corte - um magistrado pelo critério de antiguidade; o outro, por merecimento. No primeiro caso, lista como candidato único o juiz Marcelino Chaves Ewerton. A grande expectativa está na segunda vaga, que será disputada por 13 juízes. O bolão de apostas está acirrado!

# É dever de todos

*Só o engajamento dos três poderes do Estado e entidades civis será possível promover-se um enfrentamento consistente à onda de violência no Maranhão, promovida por “filiais” de organizações criminosas que dominam o sistema penitenciário do Rio e São Paulo. Pela pressão que recebem naqueles estados, as quadrilhas espalharam seus tentáculos pelo Nordeste e Norte do Brasil, em ações orquestradas, que só um combate duro e planejado será capaz de produzir resultado. Principalmente com investimentos pesados em forças de segurança, equipamento, treinamento e inteligência.*

*O governo do estado respondeu com a decretação do estado de emergência no sistema penitenciário para apressar a construção de novos presídios de segurança máxima e outros de menor porte. Porém, essa é apenas uma das medidas no enfrentamento. As demais têm que contar com parcerias do governo federal (Polícia Federal e Rodoviária), do Poder Judiciário, do Ministério Público e da própria sociedade maranhense.*

*A partir de São Luís, que tem a facilidade de ser ilha para a adoção de medidas de controle e combate ao banditismo, o Maranhão já trabalha com inteligência de ações estratégicas integradas com outros estados. As redes sociais, usadas para propagar boatos também podem ser monitoradas, mas é preciso treinamento adequado e sistematizado. Ao mesmo tempo, o governo tem que fortalecer as ações que ajudem as populações vulneráveis a ganharem confiança no poder público e tornarem-se parceiras e não participantes do poderoso esquema comandado pela rede do crime organizado.*

# Como combater a insegurança? Não sabem???!!!!

**JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS**

(JOZE3491RAMOS@IG.COM.BR)

(ZEOLIVEIRA43RAMOS@IG.COM.BR)

**O**s números estão sendo mostrados para todos. Os veículos de comunicação (inclusive os “algemados” em todos os sentidos e por todos os tipos de interesses) já não podem fugir. Mostram todos os dias e, mesmo com a exagerada taxa de omissão, os índices são alarmantes. Crescem diariamente.

A violência urbana e em particular os crimes, crescem como se temperados com fermento da melhor qualidade. E, nós cidadãos pagadores de impostos estamos reféns dos marginais que disseminam e administram os seus afazeres com tanta competência que, o adversário – o Sistema de Segurança – se torna incompetente.

Ora, um bombeiro militar precisa estar preparado para combater incêndios – se a estrutura material lhe permitir isso! -; um médico precisar estar preparado para atender possíveis situações emergenciais e, assim, o Sistema de Segurança, como um todo, tem por obrigação estar preparado para combater o crime, organizado ou não.

Afinal de contas, o Sistema de Segurança, como um todo, ganha para isso. É pago para isso. Absorve parte dos impostos pagos pelos cidadãos com os salários crescentes – vide as greves para isso e para aquilo mas em primeiro plano sempre os aumentos salariais – para dar conta de combater o crime.

No Maranhão, e em São Luís principalmente, a segurança pública vive descontrole. Deixou de ter seus aspectos técnicos e se embrenhou pelas veredas políticas. E, a partir daí, entrou na fase em que está e não tem encontrado sinal verde para sair. É preocupante.

As polícias – militar e civil – não estão atingindo metas no combate ao crime. É triste ver que, em São Luís, um ainda imberbe jovem tem se constituído preocupação para aparato da segurança. É inaceitável que um certo “Pixirico”, com apenas 18 anos de idade cause pavor à população. E, pior ainda, que a polícia encontre dificuldades para prendê-lo.

Os policiais, civis e militares, bem como os que ocupam cargos de chefias, ganham para combater o crime. Foram

treinados, foram profissionalizados, são “técnicos” desse mister, e, inexplicavelmente, se deixam envolver ou serem enganados por bandidinhos de meia tigela. Afinal, que policiais são esses? Que treinamentos são esses?

Agora, partir para incautos e desarmados professores que protestam por direitos tanto quanto os policiais costumam fazer, a polícia parte com gosto de gás, com gás de pimenta, com cassetete, com porrada e tudo. Mas, para os bandidos os policiais encontram dificuldades? Como explicar isso?

Nesta semana que terminou a bandidagem expôs e mostrou a fragilidade do Sistema de Segurança do Maranhão. Mostrou, também, sequelas do Sistema Judiciário. Expôs, em primeiro lugar, a forma como faz e quando quer fazer para tentar inibir as ações do aparato policial.

E, o que é pior, conseguiu em parte. Cidadãos ficaram aterrorizados e atenderam a um imaginário “toque de recolher”, desprotegidos que foram, pelo Sistema de Segurança. Por um motivo ou por outro, os assaltos cresceram e não estão sendo combatidos. E não adiante tentar justificar, dizendo que a situação é a mesma no Brasil inteiro. Não é. Mente quem assim fala. O descontrole aparente no Rio e em São Paulo não é por conta da violência urbana. É por conta dos protestos e reivindicações de algumas categorias, mesmo havendo aquelas em que a violência sequer passa perto.

E o caso, por exemplo, da reivindicação dos bancários. Não se teve notícia de um único ato de violência em mais de 20 dias de paralisação e vivência paredista.

E o que é que existe, então?

O que existe é a falta de combate competente à violência que, há décadas se instalou e progride, especificamente no Maranhão. É misturar “polícia” com “política” vai dar sempre nisso. São técnicos preparados para combater a insegurança, nomeados para o Sistema de Segurança que, de uma hora para outra, deixaram aflorar projetos e interesses políticos e passaram a agir politicamente no combate ao crime. Dá para contar, por exemplo, quantos participantes do Sistema de Segurança do Maranhão estão sendo propalados como futuros candidatos às próximas eleições?

Pela enésima vez, lembramos neste tipo de matéria, que o Governo do Estado precisa conceber um “Projeto de Estado” para o Maranhão e não um simples e apelativo “Projeto de Governo”. No “Projeto de Estado” as ações estarão sempre voltadas para a construção de novos momentos tendo à frente o cidadão e suas gerações subsequentes, independentemente de “quem” esteja à frente do Governo do Estado. No “Projeto de Governo”, as poucas ações estarão sempre voltadas para o “grupo governante”. Serão sempre ações ligadas ao interesse de eleger pessoas ligadas ao grupo, competentes ou não. Exatamente como acontece, agora, nessa crise do Sistema de Segurança.

E, em assim pensando, qualquer “Projeto de Estado” que se proponha realmente a atingir resultados positivos nas metas, não pode deixar de fora as crianças, seus futuro, suas ocupações, seus projetos de vida proporcionando-lhe melhores condições para que possa perceber e receber tudo isso.

O que se tem visto, aqui no Maranhão, são muitas “conversas fiadas”, muito blá-blá-blá e nenhuma ação prática no sentido de retirar em definitivo a criança e a juventude do ócio, da proximidade e do convívio com a droga – em todos os sentidos (consumidor, avião, traficante).

Tomemos com exemplo prático o caso desse “Pixirico”. Vejamos a idade dele e a quantidade de delitos que já cometeu. Se tivesse tido uma infância normal, será que teria cometido a quantidade de crimes que já cometeu? E o que é mesmo uma infância normal?

No tocante ao “Governo do Estado” e como principal arma de combate à violência e ao crime (organizado ou não), “infância normal” significa: lazer. Ainda no âmbito do Governo do Estado, tanto a Secretaria de Segurança ou órgãos sob seu gerenciamento vivem falando na implantação e execução de programas sociais voltados para a criança e a juventude. Mas, infelizmente, nada que vá além do blá-blá-blá. Só conversa e conversa fiada.

Não é diferente para a Secretaria específica do Esporte. Também não sai da conversa fiada e o máximo que faz é alguns eventos voltados para a plêiade que não é incomodada diretamente pela violência e pelo dia-a-dia dos traficantes de drogas. Não tem projetos e

muito menos execução.

E, de forma muito estranha, de repente, vê-se a quantidade de violência e, olhando olho no olho, percebe-se a faixa etária dos “jovens bandidos”. Todos numa faixa etária que denuncia a falta de projetos, de programas de lazer e principalmente de uma política voltada para o fim do ócio.

Exemplo mais material. No Jaracati, num terreno contíguo ao ocupado pela agência do Banco do Brasil existia um “campo de várzea” onde crianças da Camboa e do Jaracati tentavam fugir do ócio e do assédio dos traficantes, participando de peladas de futebol e de um programa comunitário voltado para a descoberta de talentos no futebol. A área foi “tomada” pela especulação imobiliária e nada foi feito para garantir a continuidade da prática daqueles meninos.

Quanto, pela ausência daquele espaço estão hoje envolvidos com a criminalidade? Alguém sabe? Alguém tem interesse em saber e, ainda que paliativamente, em resolver o problema?

Assim, é imperdoável que o aparelho estadual de Segurança Pública não encontre a saída para a solução dos crescentes problemas da violência urbana. É inacreditável que o Governo do Estado e seus secretários não consigam ver o apoio logístico oferecido pelo Ministério dos Esportes. Isso não é cegueira nem má vontade. É incompetência mesmo!

É difícil combater mortalmente a criminalidade?

Não. Não é. É mais cômodo, parece, dizer que esse é um problema do Brasil, e não isoladamente do Maranhão. E, vida que segue para eleger esse e aquele.



**Criança com bola e lazer,  
é criança sem droga**



**Programas sociais voltados  
para a criança. Uma forma de combate**



**Palestras e lazer na praça.  
Outra forma de combate**



**Crianças ainda, com armas pesadas.  
. Não conheceram o lazer**



**A falta do lazer leva  
ao consumo da droga**

## Verdade, boatos e pânico

A realidade vivida nos últimos dias em São Luís envolve a sociedade em polvorosa situação. A verdade é que o Sistema de Segurança Pública é ineficiente. Os boateiros se encarregam de espalhar desinformação na internet criando verdadeiro pânico em meio a uma população desconfiada e insegura. O momento é grave. O Poder Judiciário propôs uma união de forças de poderes e instituições civis para tentar conter a criminalidade que avança a cada dia principalmente na capital do Estado. E na tarde – noite de quinta-feira (10) o TJ assinou o Termo de Cooperação Técnica (TCT) com representantes da Assembléia Legislativa, Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública, Prefeitura de São Luís, OAB-MA e outras instituições. O objetivo é desenvolver ações conjuntas de combate à violência e à cri-

minalidade no Maranhão.

Na quinta-feira, dia seguinte da carnificina registrada na Penitenciária de Pedrinhas, o secretário Aluísio Mendes fez uma declaração, durante entrevista coletiva, que mereceu imediata reprovação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-MA, Carlos Macieira. O secretário lamentou o fato de a Polícia prender criminosos – cumprir o seu papel – enquanto, quase sempre eles são postos em liberdade pela Justiça e voltam a cometer crimes. Para Macieira, Mendes não deveria atribuir culpas, mas, propor e defender conjugação de esforços junto aos demais poderes e às instituições que podem de uma forma ou de outra contribuir para impedir o avanço da violência no Maranhão, criticando, ainda, a fragilidade e a ineficiência do Sistema de Segurança Pública.

A superlotação dos presídios e as ações das facções criminosas adversárias que exercem seus poderes dentro da Penitenciária Agrícola de Pedrinhas são alguns dos motivos apontados por autoridades e observadores, para esses constantes confrontos e manutenção entre os presos. O juiz da Vara de Execuções Criminais, Roberto de Paula, defendeu a decretação de Estado de Emergência e a construção, urgente, de novas unidades prisionais na capital e no interior. No final da tarde de quinta – feira (10) a governadora Roseana Sarney decretou Estado de Emergência no setor e os novos presídios serão construídos, sem que haja, nesse caso a exigência de licitações públicas. Até janeiro próximo, pelo menos quatro dessas unidades estarão construídas e aptas a receber os condenados, afirma o secretário Sebastião Uchoa.

*Sebastião  
Uchôa faz  
esclarecimentos  
sobre nota  
divulgada pela  
AMMA*

PÁGINA 7 [C1]

## Sebastião Uchôa faz esclarecimentos sobre nota divulgada pela AMMA

Em Nota Pública divulgada neste sábado (12), o secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, fez esclarecimentos acerca de nota distribuída pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) na qual a entidade declara que a Sejap "não tem recebido a atenção necessária do Governo" para a gestão do sistema penitenciário do Maranhão.

Contrapondo o texto da AMMA, o secretário afirma: "o Governo do Estado não tem medido esforços para manter o apoio necessário a condução da gestão penitenciária do estado nesses últimos anos, principalmente deixando esta administração livre para compor seu quadro de gestores e tomada de decisões em prol da melhoria do Sistema Penitenciário".

De maneira taxativa, ele destaca "que em momento algum percebemos do Governo do Estado qualquer posição passiva às demandas apresentadas". Sebastião Uchoa destacou também obras recentes como a abertura de vagas e a "reforma e entrega de um dos blocos do Centro de Detenção Provisória (CDP - 150 vagas), bem como a recém-inauguração da primeira Escola de Gestão Penitenciária do Maranhão (EGEPEN)". Abaixo, confira a íntegra da Nota Pública da Sejap:

"A Secretaria de Estado da Justiça e de Administração Penitenciária (SEJAP), por meio do titular da pasta, Sebastião Albuquerque Uchoa Neto, em face da Nota Pública emitida pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), correlata, dentre outros pontos, "os últimos acontecimentos ocorridos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas", onde cita o reconhecimento da "boa vontade em solucionar os graves problemas que acometem o sistema penitenciário", por parte da SEJAP, ocasião em que consignou que a referida situação "não tem recebido a atenção necessária do Governo do Estado, sobretudo, em razão do seu caráter emergencial", vem a público manifestar e detalhar, sucintamente, a evolução, medidas administrativas presentes com efeitos de curto e médio prazos, de forma a bem esclarecer a população e as autoridades constituídas que:

a) Todas as demandas apresentadas pela SEJAP ao

Governo do Estado e relacionadas à construção, ampliação, reformas, reaparelhamento e reorganização administrativa da pasta tem sido, de forma legal e procedimental, encaminhadas às instâncias governamentais superiores, mas que, em razão da alta complexidade e histórica demanda reprimida, sobretudo, pelos impasses legais correlatos ao fluxo de produção de resposta, é que nos tem praticamente engessadas as pretensões pertinentes;

b) Que em momento algum percebemos do Governo do Estado qualquer posição passiva às demandas apresentadas, mas óbices da forma legal e da alta burocracia que bem norteia e engessa a Administração Pública no Brasil, infelizmente, trata-se de uma realidade de ordem legal e costumeiramente muito comum dentro do modelo de gestão pública nos mais diversos órgãos da gestão pública no país;

c) Recentemente, na Região Metropolitana, além de abrimos vagas às demandas de custódias (110) no Centro de Observação, Classificação e Triagem (COCT) e da reforma e entrega de um dos blocos do Centro de Detenção Provisória (CDP - 150), bem como a recém-inauguração da primeira Escola de Gestão Penitenciária do Maranhão (EGEPEN) iniciamos um novo processo com regras próprias para recebimento, análise e distribuição de presos para as Unidades Prisionais localizadas na capital, apenas com projeções de resultados para médios e longos prazos, haja vista a busca analítica dos fatores criminógenos que envolvem o fenômeno criminal urbano que São Luís, não diferente de outras capitais, tem enfrentado nesses últimos anos;

d) Vale ressaltar que outros fatores vêm reagindo ao modelo de gestão penitenciária em curso, que preza o zelo pela legalidade, moralidade e publicidade para com administração da coisa pública penitenciária do Maranhão, primordialmente pela reimplantação da ordem interna prisional, cujas resistências, permeiam além de interesses da Execução Penal propriamente dita. De forma corajosa, consciente e apoiadora, o Governo do Estado não tem medido esforços para manter o apoio necessário

a condução da gestão penitenciária do estado nesses últimos anos, principalmente deixando esta administração livre para compor seu quadro de gestores e tomada de decisões em prol da melhoria do Sistema Penitenciário, separando os aspectos políticos e técnicos para com a gestão, bem definido pela governadora Roseana Sarney como do então convite para que procedesse "gestão à frente da pasta". E é o que temos feito sobre inúmeras resistências culturais alimentadas pela ilegalidade, permissibilidade e imoralidades nos ambientes de gestão penitenciária, ocorridos historicamente e, corrigidos pela gestão em voga;

e) O Decreto do Governo do Estado declarando "Situação de Emergência no Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão", que será publicado na segunda-feira (14), trata-se de medida recomendada pelas gestões da SEJAP e SSP em reuniões há dias com alta cúpula do governo, visando à desobstrução legal dos impasses procedimentais que vêm nos impedindo a produção efetiva da política pública penitenciária que temos buscado;

f) Por fim, vale ressaltar que a maior parte das ações e decisões administrativas emanadas desta gestão vem sendo acompanhadas pelos incansáveis membros da Magistratura da Execução Penal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e diversos representantes da sociedade civil organizada, em especial, com tomada de decisões em ambiente de ampla democracia. Fato que nos valeu o reconhecimento da grandiosa Associação de Classe em apreço;

g) Assim, por dever de lealdade profissional, humana, consciências ética e moral, não poderíamos proceder a presente manifestação, sob pena de a consciência ético-profissional recomendar-me a imediata entrega do cargo, caso pressentisse qualquer falta de atenção do Governo do Estado aos pleitos levados a considerações às instâncias superiores da Administração Pública do Estado do Maranhão. Ao tempo que registramos nossos profundos agradecimentos pela deferência às lutas incansáveis que temos travado nesses últimos seis meses de gestão, por parte da Associação de classe em apreço.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE SÃO LUÍS  
2ª VARA CÍVEL  
EDITAL DE CITAÇÃO  
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O DOUTOR LUIZ DE FRANÇA BELCHIOR SILVA, JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS - MARANHÃO, POR DESIGNAÇÃO LEGAL, ETC. FAZ SABER que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias foram CITADOS MARIA DO CARMO NETO MUNIZ, brasileira, solteira, pensionista, com CPF: 012.134.617-07 e GLORIA MARIA CERVEIRA, brasileira, professora CPF nº 064.581.143-20, que se acham em lugar incerto e desconhecido, para tomar ciência da Ação de COBRANÇA em tramitação nesta Secretaria da 2ª Vara Cível, Processo nº 21777-05.2011.8.10.0001, que lhe move EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial dos documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/nº. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir o edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, aos 25 de março de 2013. Eu, Márcia Lopes Ferreira, Secretária Judicial da 2ª Vara Cível, mandei digitar e conferi.



Luiz de França Belchior Silva  
Juiz Titular da 2ª Vara Cível de Capital



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE SÃO LUIS  
2ª VARA CÍVEL

**EDITAL DE CITAÇÃO**  
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O DOUTOR LUIZ DE FRANÇA  
BELCHIOR SILVA, JUIZ DE DIREITO  
DA SEGUNDA VARA CÍVEL DE SÃO  
LUIZ – MARANHÃO, POR  
DESIGNAÇÃO LEGAL, ETC.

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica **CITADO FERNANDA DE FATIMA RIBEIRO DE ALMEIDA**, inscrito no CPF 409.013.783-72, que se acha em lugar incerto e desconhecido, para tomar ciência da Ação de de Cobrança em tramitação nesta Secretaria da 2ª Vara Cível, Processo nº 43539-14.2010.8.10.0001, que lhe move COOPERFORTE - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS PUBLICAS FEDERAIS. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, aos 14 de junho de 2013. Eu, Marcia Lopes Ferreira, Secretária Judicial da 2ª Vara Cível, mandei digitar e conferi.

**Luiz de Franca Belchior Silva**  
Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Capital